

## **Pregão Eletrônico - PE.PPSA. 009/2017**

**Objeto:** Contratação de Sistema integrado e parametrizável de Tecnologia da Informação, na modalidade de "Software as a Service" - Sistema de Gestão da PPSA – SGPP, pela empresa Pré-Sal Petróleo S.A. ("PPSA").

**Assunto:** Resposta ao recurso impetrado pelas empresa Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.

### 1 - Dos fatos:

A recorrente RADIX Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A apresentou, tempestivamente, recurso administrativo contra a decisão da PPSA que a desclassificou do certame em tela.

### 2 – Recurso Apresentado:

Em síntese a recorrente insurge-se contra a sua desclassificação do certame alegando que esta se deu com base em falhas insignificantes e irrelevantes ao fornecimento do escopo licitado, completamente desproporcional e desarrazoada, além de comprometer a competitividade da licitação.

Quanto à declaração de direito de preferência, a recorrente argumenta que seu colaborador agiu de "boa-fé subjetiva" ao acionar, de modo equivocado, a "caixa de seleção" correspondente ao Decreto nº 7174/2010, que classifica a empresa com tecnologia produzida no Brasil - "TP", que em bem da verdade, a Recorrente de fato não possui, e para tal constatação basta simples consulta pública em site eletrônico; é uma empresa idônea; e que este fato não foi o fator diferencial para tornar sua proposta mais vantajosa.

Ao final, reforça que a solução por ela proposta atende integralmente aos requisitos da PPSA, por um preço inferior ao da proposta aceita pela PPSA, e que a aceitação de proposta de maior valor fere princípios da eficiência e da economicidade, confiando na reforma do resultado da licitação e na classificação da sua proposta.

### 3 - Contrarrazões apresentadas:

A empresa UZTECH Soluções de Informática S.A. apresentou, também, tempestivamente, alegações sobre cada um dos pontos apontados pela recorrente, corroborando os atos praticados pelo Pregoeiro, e declarando ao final que a decisão que recusou a proposta da Recorrente atendeu aos preceitos legais e do Edital, argumentando ao final que tal recurso seja julgado improcedente.

### 4 - Apreciação do Recurso e Contrarrazões, pelo Pregoeiro:

A apresentação dos Recursos e das Contrarrazões ocorreram dentro dos prazos legais.

Motivos da desclassificação:



Neste caso, cabe ressaltar que a desclassificação da proposta foi motivada por um conjunto de descumprimentos ao Edital, conforme relatado na Ata do Pregão e apresentados de forma resumida a seguir:

**Não atendimento aos itens 4.5 (Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio); 12.8 (Decreto nº 7.174/2010); 13.3.5. "c" (Certidão de falência e concordata); e 13.3.3.2.7. "C" e "D" (Qualificação da Equipe Técnica), do Edital.**

Neste contexto, há de se ressaltar inicialmente que o descumprimento referente ao item 12.8 do Edital, declaração da recorrente que faz jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7174/2010, é caracterizado como grave e com previsão de sanções associadas no Edital, por se tratar de declaração falsa, conforme previsto no item 4.6 do Edital, reproduzido a seguir:

"4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital. "  
"grifo nosso"

Por sua vez, as sanções previstas para este caso estão descritas no item 17 do Edital, conforme a seguir:

#### **"17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, não celebrar o Contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a **PPSA** pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que promovida a reabilitação e terá a ocorrência registrada no SICAF, sem prejuízo das multas previstas no **Edital** e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa."

"grifo nosso"

Sem entrar no discussão do mérito das questões relativas a "boa-fé" e a idoneidade da empresa, ou outros possíveis atenuantes, o fato incontestável é que o recorrente efetivamente fez uma declaração falsa, exerceu o direito de preferência, que posteriormente reconheceu não ter, e se beneficiou no processo licitatório ao declarar no sistema Comprasnet que possuía o direito preferencial previsto no Decreto nº 7174/2010, além de, com isto, ensejar o retardamento da execução do certame. Desta forma, assumiu a responsabilidade pelas consequências dos atos praticados previstos no instrumento editalício, conforme a seguir:

Item 5.3 do Edital, o preenchimento da proposta é de exclusiva responsabilidade do licitante, não cabendo à **PPSA** ou ao Sistema Comprasnet qualquer responsabilidade. O preenchimento incorreto da proposta, inclusive de preços, acarretará na sua desclassificação; e

Item 5.7 do Edital, o cadastro da Proposta no Comprasnet implica na aceitação integral e irretratável dos termos do presente **Edital**, não sendo admitidas alegações de desconhecimento de fatos e condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.



A comprovação de que a recorrente exerceu e se beneficiou de direito de preferência, que posteriormente reconheceu não ter, fica claro ao se analisar a Ata do Pregão, conforme a seguir:

A Radix, ao cadastrar sua proposta original, assinalou a opção referente ao benefício previsto no Decreto nº 7.174/2010 e, além disto, em uma segunda ação, confirmou tal opção ao assinalar também o tipo de benefício através do registro da subopção TP "tecnologia produzida no Brasil";

Encerrada a fase de lances, o sistema indicou como menor valor o lance de R\$ 11.854.000,00 apresentado pela empresa de CNPJ 22.865.721/0001-05, enquanto o último lance da recorrente era de R\$ 11.895.000,00, o que a deixava em 2º lugar;

A seguir, única e exclusivamente, em decorrência da recorrente ter registrado o benefício do Decreto nº 7.174/2010, o sistema automaticamente abriu a possibilidade de a recorrente ofertar novo lance cobrindo o menor lance registrado, através de convocação (intitulada "Desempate 7174") dirigida nominalmente a mesma, onde esta teve a oportunidade e registrou o lance de R\$ 11.800.000,00, invertendo o resultado original do Pregão e passando a ser a primeira colocada do certame, conforme transcrito a seguir.

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 11.895.000,0000	11.677.441/0001-49	06/03/2018 11:19:22:940
R\$ 11.854.000,0000	22.865.721/0001-05	06/03/2018 11:19:40:550

**Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**

**Desempate de Lances 7174**

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
11.677.441/0001-49	06/03/2018 11:19:51:827	06/03/2018 11:20:14:303	Fornecedor enviou lance	R\$ 11.800.000,0000

**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Aberto	06/03/2018 10:12:12	Item aberto.
Iminência de Encerramento	06/03/2018 10:50:46	Batida iminente. Data/hora iminência: 06/03/2018 10:55:46.
Aguardando Convocação 7174	06/03/2018 11:19:50	Aguardando convocação 7174
Início do desempate	06/03/2018 11:19:51	Item está em 1º desempate 7174, aguardando lance.
Encerramento do desempate	06/03/2018 11:20:14	Item teve o 1º desempate 7174 encerrado. O fornecedor RADIX ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A, CNPJ/CPF: 11677441000149 enviou um lance no valor de 11.800.000,0000
Encerrado	06/03/2018 11:20:14	Item encerrado.

Cabe ressaltar que nesta última ação, a recorrente teve a oportunidade de corrigir os erros anteriores e reconhecer que a declaração tinha sido um erro, mas, ao invés disto, ratificou a declaração falsa ao exercer o direito ao benefício, enviando novo lance e assumindo o primeiro lugar da licitação.

O fato alegado pela recorrente de que não teria se beneficiado da declaração apresentada já que a segunda colocada foi posteriormente desclassificada, não justifica nem invalida a sua desclassificação, pois os fatos têm que ser analisados na ordem cronológica em que aconteceram, não fazendo nenhum sentido, agora, que já é conhecido o resultado do Pregão, que a conduta da Radix não comprometeu e retardou o processamento da licitação.

Quanto ao descumprimento referente ao item 13.3.5."c", o Edital exige a apresentação de Certidão negativa de falência e concordata e a recorrente apresentou certidão onde está registrado apontamento referente ao CNPJ da recorrente, o que, por si só, no entendimento de nossa Consultoria Jurídica, caracteriza que esta certidão Não é Negativa, razão pela qual não foi aceita.

Quanto aos demais itens descumpridos, a recorrente alega, em regra, que a desclassificação se deu com base em falhas insignificantes e irrelevantes ao fornecimento do escopo licitado, desproporcionais e desarrazoadas, sem contestar que os motivos apontados para a recusa dos mesmos realmente ocorreram.

Desta forma, afirmamos que o julgamento foi técnico e objetivo e que não vislumbramos no recurso apresentado nenhuma comprovação de desrespeito à legalidade e ao princípio da vinculação ao Edital.

#### 5 - Decisão do Pregoeiro:

Após analisar as alegações apresentadas pela empresa recorrente, as contrarrazões apresentadas pela empresa UZTECH Soluções de Informática S.A., observando o princípio da isonomia, do julgamento objetivo, da vinculação ao Edital e visando selecionar a melhor proposta para a Administração e amparado pela Área Técnica e Consultoria Jurídica da PPSA, com base no inc. VII do art. 11 do Decreto nº 5.450/2005, o Pregoeiro manifesta-se no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.

Outrossim, encaminha-se o presente processo licitatório à Autoridade Competente da PPSA, em atenção ao cumprimento do artigo 109, parágrafo 4º, da Lei de Licitações, e aos termos do artigo 8º, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005, para avaliação das alegações apresentadas e decisão dos recursos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018

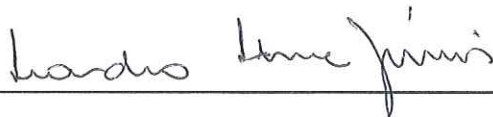
Pregoeiro



#### DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Pelas razões expostas pelo Pregoeiro, ouvida a Consultoria Jurídica, ratifico a decisão do Pregoeiro e mantenho a sua decisão no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018.

A handwritten signature in black ink, reading "Leandro Leme Júnior", is written over a horizontal line.

**Leandro Leme Júnior**

Diretor de Administração, Controle e Finanças

